

Reforma fortalece as lideranças políticas

por Getúlio Bittencourt
de Brasília

O primeiro efeito da reforma monetária sobre a política brasileira foi o fortalecimento das lideranças civis. Entre elas, fortaleceu-se especialmente o presidente José Sarney e, com ele, o presidencialismo como forma de governo.

Enquanto o presidente Sarney parecia frágil, incapaz de impor-se ao sistema político, o regime parlamentarista parecia inevitável e, provavelmente, viria com a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Agora que ele está mais seguro que qualquer presidente civil desde a ditadura de Getúlio Vargas, o presidencialismo consolida-se.

Sarney firmou-se no poder ao criar uma moeda forte, com seu autógrafo no decreto-lei da reforma monetária, ao fechar o ciclo autoritário aberto em 1964 e consolidado no ano seguinte pelo marechal Castello Branco, também com uma reforma monetária, a que fez o cruzeiro novo.

Ao contrário de Castello Branco, porém, Sarney fez sua reforma com apoio popular, especialmente porque teve o cuidado de preservar o poder aquisitivo que o marechal reduziu há 21 anos. Na sua esteira, os líderes civis reabilitaram-se. O índice de aprovação popular, ao presidente civil chegou a 80% em recente pesquisa, um teto semelhante ao obtido, sob censura, futebol e violência, pelo mais popular dos presidentes militares, o general Emílio Garrastazu Médici.

O novo poder dos civis firma-se, contrariando uma teoria do próprio presidente Sarney, que, como presidente do PDS, entendia que a democracia só se firmaria no Brasil pela criação e enraizamento de partidos políticos nacionais. Não que ele tenha mudado de opinião. O que acontece é que os líderes civis desportam, enquanto o sistema partidário herdado da ditadura militar lentamente se desmancha.

NOVOS GRUPOS

Com seu programa para zerar a inflação, o presidente conseguiu, num primeiro momento, frear a desmantelação do PMDB. O maior partido político do País e principal suporte da Aliança Democrática, que sustenta o governo civil, exibia todas as rachaduras de sua frente interna e ameaçava deixar Sarney à deriva.

A desmontagem foi adiada, mas provavelmente será concluída na Constituinte, por uma combinação de fatores. As frentes devem desarticular-se ali porque, na votação de cada artigo da nova Constituição



José Sarney

ção, os congressistas eleitos terão de se definir com um inequívoco "sim" ou um terminante "não". Nesse processo só os grupos políticos devem agrupar-se segundo a nitidez de suas posições.

Para se ter uma idéia da transparência que cada voto nominal dos constituintes deverá apresentar, preciso ter em mente certas votações históricas do Congresso, como a da Lei do Divórcio, no governo Ernesto Geisel, e a do Decreto-lei da Política Salarial, no fim do governo João Figueiredo. O interesse popular pela Constituinte deverá ser semelhante ao desses episódios que paralisaram o País.

SEM FIDELIDADE

Outro motivo que facilitará a reforma partidária está no fim da fidelidade partidária, uma medida indispensável para o livre funcionamento da Constituinte. Além disso, espera-se que em novembro o índice de renovação dos parlamentares seja muito elevado, em torno de 75%, diante da média histórica de 50% nos últimos quarenta anos.

A renovação será certamente mais elevada porque muitos setores sociais passaram a se interessar por uma vaga na Constituinte: empresários, médicos, trabalhadores e mulheres. Os políticos tradicionais sofrerão essa concorrência dos novos aspirantes com maior intensidade. O fato de parcela considerável dos constituintes ser formada por políticos principiantes deve igualmente estimular a renovação do sistema partidário.

A força pessoal do presidente Sarney colocou fora de questão a eleição presidencial direta já, retirando do cenário as candidaturas de Leonel Brizola e Jânio Quadros. Hoje, parece seguro que Sarney terá no mínimo os quatro anos que desejava antes da reforma monetária. Mas não parece mais um despropósito imaginar que a Constituinte negocie com ele o mandato, como fez a Constituinte de 1946 com o marechal Eurico Gaspar Dutra. Eleito por seis anos, como Sarney, Dutra propôs aos constituintes a redução de um ano em seu mandato, e governou cinco.